



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 195 - Outubro 2013

NOSSA OPINIÃO

- [A soberania alimentar e as lutas pelo território e pelas florestas](#)

SOBERANIA ALIMENTAR E FLORESTAS

- [Brasil: o manejo comunitário da floresta e do cerrado, em defesa dos territórios e da soberania alimentar](#)
O manejo comunitário com sistemas agroflorestais – uma tradição secular, indígena, no continente – tem mostrado, por sua diversidade de árvores, inclusive frutíferas, uma capacidade muito grande de proporcionar não só a recuperação e a conservação da terra, mas também uma base alimentar para a família e até mesmo para as economias locais ao longo do ano.
- [Camboja: a luta das populações rurais por sua “floresta comunitária”, uma parte essencial de sua soberania alimentar](#)
Embora muitas das áreas de floresta originais no Camboja tenham sido destruídas nas últimas décadas, para muitas comunidades, as florestas remanescentes continuam cumprindo um papel fundamental na garantia da soberania alimentar.
- [Indonésia: ouro em Bukit Tiga Jurai afeta a soberania alimentar](#)
A emissão das concessões de mineração de ouro na região sem o conhecimento prévio das comunidades locais vai criar conflitos entre empresas e membros dessas comunidades.
- [Nigéria: um exemplo singular de manejo comunitário de florestas na comunidade Ekuri](#)
Devido ao legado colonial, a comunidade Ekuri tem 33.600 hectares de floresta primária em sua terra – a maior e relativamente mais intacta floresta controlada comunitariamente na Nigéria e, talvez, na África Ocidental.

RECOMENDADOS

- [Video “Território em disputa: a economia verde versus a economia das comunidades”](#)
- [Povos indígenas no Brasil inteiro na luta pelos direitos, inclusive para garantir sua soberania alimentar](#)
- [WRM e outras entidades enviam carta ao governo brasileiro sobre situação gravíssima dos povos indígenas no estado do Acre](#)
- [Encontra mais informações sobre o tema soberania alimentar](#)

NOSSA OPINIÃO

- A soberania alimentar e as lutas pelo território e pelas florestas

O 16 de outubro é o Dia Mundial de Soberania Alimentar. A Via Campesina, na sua última conferência internacional na Indonésia, em junho deste ano, deu um destaque importante ao tema, chamando a Soberania Alimentar de “nossa alternativa global”, não apenas para camponesas e camponeses, mas para a sociedade como um todo. O destaque é merecido também porque as ameaças são muitas.

As corporações transnacionais representam a maior ameaça à soberania alimentar, em função da sua “fome” insaciável por mais terras, por mais “recursos naturais”, no mundo inteiro. Para tentar “controlar” suas ações, instrumentos como “certificação” e “salvaguardas” são propostos às corporações, geralmente de forma voluntária e incentivada por bancos, governos e grandes ONGs preservacionistas. Estas podem sugerir, por exemplo, o respeito aos direitos territoriais e modos de vida das comunidades ou exigir o consentimento das comunidades impactadas com os planos empresariais.

Uma das razões pelas quais as empresas têm conseguido lidar sem muitos problemas com “certificações” e “salvaguardas” é a forte e poderosa aliança que continua persistindo entre elas e os governos nacionais, o que facilita que as empresas simplesmente imponham seus planos, tendo em mãos concessões dos governos sobrepostas a territórios e florestas comunitários, sem que ninguém da comunidade em questão tenha sido informado, muito menos dado seu consentimento. Esta tem sido a regra, apesar de “certificações” e “salvaguardas” existentes. Outra tática empresarial para driblar direitos comunitários tem sido tomar controle de terras camponesas sem a necessidade de se apropriar delas. Por exemplo, empresas têm buscado seduzir camponesas e camponeses com propostas promissoras em termos de renda, para que plantem monoculturas em suas terras, com a obrigação de abastecer a usina da empresa, a qual estaria “respeitando” direitos da comunidade à terra e “compartilhando benefícios”.

No entanto, as empresas levam uma vantagem enorme nesse tipo de acordo, negociando contratos geralmente individuais entre elas e moradores locais. Além disso, essas formas de terceirização ameaçam, no longo prazo, as comunidades que se envolvem com isso, sobretudo no que tange à sua soberania alimentar e à das populações vizinhas. Como mostra bem a realidade atual de diversas regiões da América Latina, da Ásia e da África, onde ocorre uma forte expansão do agronegócio, a tendência é uma redução da produção local de alimentos, paralelamente a um aumento de preços dos alimentos localmente disponíveis, cada vez mais trazidos de fora. Para as corporações em geral, é uma maravilha, uma vez que o processo beneficia esse lucrativo mercado de alimentos, também controlado por elas; para a realidade local, trata-se de um impacto dos mais perversos, afetando em cheio a soberania alimentar.

Historicamente, comunidades camponesas têm conseguido garantir sua soberania alimentar exercendo modos de vida baseados no controle sobre o território, inclusive sobre as florestas das quais dependem para se alimentar. Portanto, as lutas para garantir direitos a territórios e a essas florestas são também lutas para garantir a soberania alimentar. Na medida em que consigam incorporar também mais explicitamente a luta pela soberania alimentar, ou seja, uma proposta que tenha a comunidade como protagonista e procure manter, fortalecer ou retomar o controle e o manejo comunitário do seu território, essas lutas tendem a ganhar mais solidez. Elas podem servir como referência importante, como inspiração, para outras comunidades, inclusive para aquelas que não conseguiram resistir ao avanço das empresas sobre seus territórios.

A articulação das lutas pelos territórios com a luta pela soberania alimentar é algo urgente e necessário para se contrapor a um modelo de produção e consumo dominante que busca fazer de todos nós apenas

consumidores dependentes do mercado e que, desta forma, promete levar regiões inteiras ao “desenvolvimento”, à “modernidade”. Mas sabemos que, na prática, este modelo não consegue cumprir suas promessas. A realidade mostra mais empobrecimento, destruição ambiental e miséria, levando a humanidade a uma crise cada vez mais profunda, enquanto as corporações não param de lucrar. As alternativas propostas para sair da crise dentro da lógica da chamada “economia verde” não são alternativas porque não propõem mudanças estruturais neste modelo; portanto, trata-se de falsas soluções.

Neste boletim, buscamos citar uma série de exemplos inspiradores, vindos dos vários continentes, de comunidades que lutam pelos territórios e exercem experiências inspiradoras de manejo comunitário de florestas e outros biomas integrantes da imensa e rica biodiversidade nos diferentes continentes do Sul global. Acreditamos que mais articulação e intercâmbio entre essas comunidades, e outras que estão enfrentando lutas parecidas, podem proporcionar um avanço nas lutas populares e suas tentativas de parar o avanço do agronegócio e suas corporações, para o bem da soberania alimentar e das economias e sociedades locais e regionais. É necessário também destacar a importância da Campanha global em curso para Desmantelar o Poder Corporativo e combater a impunidade corporativa.

Início

SOBERANIA ALIMENTAR E FLORESTAS

- Brasil: o manejo comunitário da floresta e do cerrado, em defesa dos territórios e da soberania alimentar



Desde os tempos coloniais, a história da posse da terra no Brasil tem sido marcada pela expulsão de indígenas, quilombolas (1) e camponeses dos seus territórios por latifundiários, incluindo empresas. Esse processo de desterritorialização fez com que, hoje, o Brasil tenha uma população urbana que beira os 85%, e enfrente uma das distribuições de terras mais desiguais do mundo. Outra consequência do processo é a quebra dos laços das comunidades com seus territórios e biomas. Muitas novas gerações de indígenas, quilombolas ou camponeses já não podem conhecer e realizar um modo de vida baseado na rica diversidade de plantas e animais em alguns dos principais biomas do país, como a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e o Cerrado – este, a savana brasileira.

No entanto, nem sempre os latifundiários conseguiram romper esses laços existentes entre comunidades e seus territórios. A resistência e a teimosia de muitas comunidades falaram mais alto! Em busca da liberdade e de reverter o quadro de violências e perdas, muitos camponeses, quilombolas e indígenas resistiram e se organizaram para lutar, visando não só reconquistar seus territórios, mas também mostrar que o uso e o manejo que fazem deles, atrelados à biodiversidade local, são algo muito mais benéfico para essas comunidades, para as economias locais e para a natureza do que a chamada “agricultura

moderna”. Aliás, a agricultura camponesa tradicional, baseada na agroecologia e usando sistemas agroflorestais, é um contraste sem precedentes com as extensas pastagens, geralmente pouco produtivas, e as monoculturas em larga escala que usam altas quantidades de venenos e adubos químicos – o que predomina hoje na paisagem rural no Brasil e se destina, na grande maioria, à exportação. Essa agricultura chamada “moderna” causa a morte de muita gente pelo uso intensivo de venenos, agravado com o uso de sementes transgênicas. Por outro lado, a agricultura camponesa, indígena e quilombola gera soberania alimentar e estimula a vida nos territórios, sendo responsável por 75% de todos os alimentos consumidos pelo povo brasileiro.

Citamos aqui alguns exemplos de lutas realizadas no Brasil (2) que, mais do que de buscar garantir os direitos territoriais, conseguiram fortalecer e motivar as comunidades envolvidas, além de inspirar outras, porque, paralelamente à luta pela terra, implementaram um uso capaz de gerar vida e diversidade, autonomia e soberania alimentar, autossustentação e renda. As comunidades envolvidas têm conseguido, a partir do manejo comunitário do seu território, fortalecer a resistência, proporcionando avanços na luta árdua para garantir o controle sobre esse território.

- Vereda Funda, Minas Gerais: a luta contra a monocultura de eucalipto

Mais de 30 anos atrás, uma área superior a um milhão de hectares na região norte de Minas Gerais foi tomada por empresas que exploram a monocultura de eucalipto para a produção de carvão, fonte de energia para as indústrias de ferro-gusa. As empresas queriam principalmente as áreas planas conhecidas como chapadas. Essas terras eram usadas pelas comunidades tradicionais da região, chamadas de geraizeiras, para soltar o gado e para a coleta de muitos frutos e plantas medicinais do Cerrado. Como resultado da invasão do eucalipto, as comunidades ficaram presas nos vales, e seus cursos d'água e nascentes secaram. Cada vez que tentavam coletar lenha nas chapadas, elas eram privadas da liberdade de ir e vir em seu próprio território e até mesmo criminalizadas.

Motivadas pelos encontros promovidos pela Rede Alerta contra o Deserto Verde, várias comunidades do norte de Minas Gerais, incluindo as 130 famílias da comunidade de Vereda Funda, começaram a se organizar para recuperar seu território, que havia sido arrendado pelo governo estadual para a Companhia Florestaminas. Após o término do contrato e inspirada por outras lutas, a comunidade se mobilizou em 2005 e, com o apoio da Via Campesina, reocupou seu território tradicional de cerca de 5.000 hectares.

Depois de muita luta, confronto e perseguição, a comunidade conquistou o controle da área, pressionando o Estado de Minas Gerais para transferi-la ao Incra – a instituição federal para a reforma agrária – e estabelecer um assentamento agroextrativista. No assentamento, cada família terá sua própria área para plantar, e também haverá áreas coletivas para produção agroextrativista e pastoreio. Com apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Pardo de Minas e do Centro de Agricultura Alternativa de Minas Gerais, a comunidade elaborou um plano de reocupação do território e um mapa indicando onde a vegetação de cerrado deveria ser reabilitada e onde as roças seriam plantadas. A recuperação do seu território deu novo alento à comunidade, principalmente aos membros mais velhos, já que, depois que as plantações de eucalipto foram removidas, as nascentes estão fluindo novamente e os animais selvagens estão voltando. A liberdade foi uma das principais conquistas da comunidade.

Hoje, membros da comunidade de Vereda Funda praticam sistemas agroflorestais e voltaram a plantar, eles próprios, seus alimentos – milho, feijão, mandioca e outras culturas. Eles pretendem expandir a produção de alimentos de forma agroecológica, substituindo a monocultura de eucalipto, que é dependente de produtos químicos. As mulheres da comunidade, que participaram ativamente da luta, deram início a uma indústria de fabricação de geleias, gerando renda e criando empregos para si e suas famílias.

- Antonino e Guaraqueçaba, estado do Paraná: a luta contra um projeto do tipo REDD

Desde o final da década de 1990, um projeto de carbono florestal tem afetado fortemente dezenas de comunidades tradicionais, como caiçaras (3), indígenas e quilombolas, nos municípios de Antonino e Guaraqueçaba. Este projeto é hoje considerado pelo Serviço Florestal Brasileiro como uma das “ações de REDD que têm gerado bons resultados”.

Mas o projeto de carbono, promovido pela ONG Brasileira de preservação da natureza SPVS, gerou a expulsão das comunidades tradicionais na região, uma das áreas de Mata Atlântica mais conservadas do Brasil. O fato das áreas serem tão bem conservadas se deve exatamente à presença das comunidades na região, que sempre buscaram viver em harmonia com a floresta, fazendo pequenas roças para sustentar as famílias e outras atividades extrativas que nunca levaram à destruição da floresta.

O projeto da SPVS, em parceria com a ONG norte-americana The Nature Conservancy (TNC), culpava as comunidades pela destruição da floresta e começou a persegui-las para que não mais tocassem na floresta, proibindo a pesca, a agricultura, a caça, etc. Várias pessoas já foram presas em consequência da perseguição pela polícia, que atua junto à SPVS. Mas, na realidade, o desmatamento foi causado por fazendeiros que exploravam a área para lucrar com a criação de búfalos.

Uma das comunidades, Rio Pequeno, se organizou com a ajuda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ocupou uma área usada por seus membros, mas cujo título pertencia a um grande fazendeiro que estava prestes a vendê-la à SPVS. Nesta área, bastante degradada pelo desmatamento causado pelo fazendeiro, a comunidade não só resistia às tentativas da polícia de tirar as famílias, mas também começou a implementar coletivamente um sistema agroflorestal. O sistema foi um sucesso porque conseguiu não só garantir a recuperação da área, mas, ao mesmo tempo, gerar renda para as famílias da comunidade, consorciando frutíferas com diversas outras culturas para alimentação da comunidade e comercialização na região. Hoje, o assentamento produz neste sistema para um programa de alimentos do governo federal que abastece, por exemplo, as escolas públicas na região.

Trata-se de uma experiência de não só resistir aos projetos REDD, mas também mostrar a importância de se organizar cada vez mais e de formular e implementar propostas em defesa dos territórios para que estes continuem sob controle das comunidades, mostrando como é possível viver bem e, onde for preciso, recuperar a terra, garantindo autonomia e soberania alimentar às comunidades. Hoje, busca-se criar uma rede solidária entre todas as comunidades afetadas pelo projeto REDD na região e fortalecer a resistência.

- Região do Baixo Parnaíba, Maranhão: a luta contra as plantações de biomassa da Suzano

Dezenas de comunidades tradicionais no Baixo Parnaíba, no estado do Maranhão, tiveram seus territórios invadidos nos últimos anos pela empresa Suzano, que desmatou e plantou eucalipto nas áreas de chapada na região, uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica no Nordeste do país. O objetivo da Suzano é produzir os chamados “pellets” de madeira para exportação a usinas de geração de energia de biomassa na Inglaterra, sugerindo desta forma a geração de uma “energia renovável”.

A devastação causada pela Suzano tem pouco de “renovável” porque vem destruindo milhares de árvores, inclusive o bacuri, símbolo das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba, de cujo fruto tudo se aproveita. Sua polpa é transformada em um suco delicioso e nutritivo, além de a venda proporcionar uma renda importante para as comunidades, pois a fruta é muito apreciada nos centros urbanos do estado. Sua casca ou semente podem se transformar em saboroso doce ou geleia. As sementes também são usadas na fabricação de óleo para tratamento de dermatoses e a fruta também pode ser aproveitada como anti-

inflamatório. Trata-se de uma árvore misteriosa e envolvente, ainda pouco pesquisada, como é o caso de todo o ambiente do Cerrado do Baixo Parnaíba. O Cerrado, a exemplo do bacurizeiro, impõe seu próprio passo e dá ritmo aos seres humanos que querem usufruir da sua abundância. Os moradores locais, seguindo o ritmo do Bacuri, costumam esperar até que as frutas maduras caiam no chão para fazer a coleta. Quem “derruba” as frutas ainda no pé tem a certeza de que obterá menos polpa e de que a árvore não dará frutos no ano seguinte. É assim que os moradores das chapadas do Baixo Parnaíba aprendem sobre os limites da natureza e, acima de tudo, sobre a importância de respeitá-los.

Ao mesmo tempo em que têm resistido ao avanço do eucalipto, colocando-se em frente às máquinas usadas para desmatar o Cerrado, as comunidades têm desenvolvido pequenos projetos coletivos de manejo intensivo do bacuri para melhorar sua renda e fortalecer a cultura num exato momento que ela se encontra ameaçada. Pequenas áreas com o bacuri manejado podem proporcionar uma renda boa para os moradores. Estes reclamam do conceito vigente de produtividade aplicado pelos técnicos do Estado, geralmente agrônomos, os quais, muitas vezes, consideram o Cerrado “improdutivo”, não levando em conta seus milhares de bacurizeiros e pequizeiros carregados de frutas valiosas, o babaçu, que oferece um azeite excelente, os buritizeiros, cujas frutas rendem um valioso doce, e as pequenas roças nos baixões, onde os moradores plantam tudo misturado – arroz, mandioca, feijão, milho, abóbora, melancia. Na visão predominante do técnico, produtividade se traduz em grandes monoculturas, em um alto uso de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos. Mas ninguém nas comunidades do Baixo Parnaíba come eucalipto, e a soja, outra monocultura em larga escala, tampouco faz parte do seu “cardápio”.

Considerações finais

O manejo comunitário com sistemas agroflorestais – uma tradição secular, indígena, no continente – tem mostrado, por sua diversidade de árvores, inclusive frutíferas, uma capacidade muito grande de proporcionar não só a recuperação e a conservação da terra, mas também uma base alimentar para a família e até mesmo para as economias locais ao longo do ano. As três experiências relatadas valorizam a alta biodiversidade e os valores fundamentais dos biomas para as comunidades tradicionais. Pensando e aprimorando essas experiências na prática, enquanto lutam pelo território, essas comunidades brasileiras têm na mão mais uma arma importante para enfrentar a luta desigual com empresas e outros latifundiários apoiados, sem exceção, pelos governos. Essas comunidades merecem o reconhecimento das suas práticas por parte da sociedade e dos governos como um caminho viável para enfrentar as múltiplas crises com que a humanidade hoje se depara.

Fontes: (1) quilombolas são comunidades tradicionais, descendentes de africanos que foram levados à força para o Brasil nos tempos coloniais, para exercer trabalho escravo. (2) artigos de boletim e relatórios estão disponíveis no site do WRM com mais informações sobre as experiências destas comunidades; (3) população tradicional que vive na região litorânea do Sudeste e do Sul do país.

Início

- Camboja: a luta das populações rurais por sua “floresta comunitária”, uma parte essencial de sua soberania alimentar



Embora muitas das áreas de floresta originais no Camboja tenham sido destruídas nas últimas décadas, para muitas comunidades, as florestas remanescentes continuam cumprindo um papel fundamental na garantia da soberania alimentar. É na floresta que elas coletam diversos tipos de legumes, cogumelos, mel, pequenos animais; a floresta também fornece óleo de resina do ratã, usado, por exemplo, para proteger a madeira dos barcos empregados na pesca em rios, outro pilar de sua soberania alimentar. Além disso, a floresta fornece lenha para preparar as refeições e oferece ervas silvestres e outros elementos para a medicina tradicional. Principalmente para as mulheres e para as atividades e os papéis tradicionais que elas exercem, as áreas florestais são extremamente importantes. “A floresta, para nós, tem mil utilidades”, disse uma das mulheres de uma comunidade visitada recentemente pelo WRM.

A lei do Camboja garante o direito das comunidades a ter títulos da terra e, mais recentemente, também a ter a sua “floresta comunitária” reconhecida e demarcada. Mas, na prática, as comunidades muitas vezes enfrentam uma luta árdua para ter seus direitos garantidos. Uma ameaça a esse reconhecimento é o processo contínuo pelo qual o governo central faz concessões de terras às corporações, em áreas que coincidem com os territórios das comunidades. Muitas vezes, essas concessões também incluem as áreas florestais das quais as comunidades dependem. Outro problema para as comunidades com áreas florestais é a prática permanente de extração, com fins lucrativos, de madeira muito valiosa dentro das áreas de floresta – que é cortada para o mercado de exportação.

A concessão de terras à Pheapimex

Na província de Kampong Chhnang, as comunidades estão enfrentando o problema da concessão de terras à Pheapimex desde o início da década de 2000. A Pheapimex é uma empresa cambojana que recebeu uma concessão de 315.628 hectares, abrangendo Kampong Chhnang e outras províncias, e que tem fortes relações e, portanto, apoio, do governo do Camboja (ver <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/cambodia-the-curse-of-concessions/>). A empresa é a parceira cambojana da chinesa Wuzhisan, que opera na área da concessão e também a subcontrata a outras empresas. Ao longo dos anos, muitas famílias foram expulsas pelas atividades da empresa, mas os membros da comunidade têm resistido contra ela, por exemplo, apresentando queixas junto às autoridades, bloqueando estradas e parando as máquinas usadas para desmatar e para cultivar as monoculturas pelas quais as concessionárias substituem as florestas. Por causa dos protestos, a empresa teve que desistir de seus planos iniciais de plantio de grandes áreas de capim-limão, além de abandonar uma tentativa de introduzir plantações de eucalipto em grande escala. No entanto, na província de Pursat, em áreas de floresta onde viviam poucas pessoas e, por isso, era difícil organizar a resistência, a maior parte da área florestal da comunidade foi destruída e a empresa estabeleceu grandes monoculturas de mandioca. Agrotóxicos estão sendo aplicados por trabalhadores sem equipamento de proteção (veja foto abaixo), expondo-os ainda mais intensamente a essas substâncias venenosas. Embora seja uma cultura alimentar e possa beneficiar o mercado local, a mandioca está sendo exportada para ser processada na China, de acordo com membros da comunidade.



Onde as áreas florestais comunitárias são sobrepostas à concessão, a comunidade precisa se mobilizar constantemente para proteger essas áreas e lutar com as autoridades para que elas sejam reconhecidas como floresta comunitária. Como resultado da luta de resistência contra a empresa, as comunidades das províncias de Kampong Chhnang e Pursat receberam títulos de terra sobre um total de 60.000 hectares, que incluem as áreas que elas estão realmente usando para viver, basicamente campos de arroz e residências. Mas elas reclamam que, embora o tamanho máximo para esses títulos de terra, no papel, seja limitado a 5 hectares, na prática, áreas muito menores estão sendo demarcadas, criando incertezas para as famílias sobre como cuidar da futura demanda de terras por parte de seus filhos. Além disso, esses títulos não incluem áreas florestais comunitárias, de modo que a luta para reconhecer e demarcar essas áreas continua. Assim como continua a resistência contra a empresa, porque, mesmo em áreas onde a empresa ainda não introduziu qualquer monocultura por causa da oposição das comunidades, como no distrito de Boribo, novos sistemas de irrigação estão em construção.

A luta pela Floresta de Pray Long

Em outra região do Camboja, uma organização chamada de Pray Long Network atua para defender a Floresta de Pray Long, com 360 mil hectares – uma das últimas áreas de floresta mais bem conservadas no Camboja e da qual cerca de 200 mil pessoas dependem direta e indiretamente para a sua subsistência. “Prai Long”, na língua local, significa “Nossa Floresta”.

Alguns dos membros da Prey Long Network na província de Kampong Thom, juntamente com outras pessoas das comunidades aldeãs de Srea Choeng e Kbal Khla, estão patrulhando quase que permanentemente sua área florestal comunitária. A área patrulhada por esse grupo está localizada na fronteira da floresta de Prey Long, e tem cerca de 4.500 hectares, mas não ainda foi oficialmente demarcada pelo governo. Ela está sendo ameaçada pelas atividades de uma empresa vietnamita (CRCK) que tem uma concessão na região para fazer plantações de monoculturas de seringueira. A comunidade inclusive enfrenta o problema de que alguns de seus membros, influenciados por pessoas de fora, muitas vezes poderosas, que pretendem lucrar com a valiosa madeira dentro da área florestal da comunidade, invadem-na e causam desmatamento. Um pequeno grupo de membros da comunidade, preocupado com a preservação de sua floresta para sua própria geração e as futuras, patrulha a área florestal dia e de noite, e quando um grupo de “invasores” é descoberto, eles se mobilizam e tentam evitar mais destruição. Ao fazer isso, o grupo de patrulha conseguiu restringir a destruição da floresta contendo madeira valiosa a apenas 100 hectares nos últimos anos, um número que provavelmente seria muito superior sem a patrulha.

Recentemente, um importante reconhecimento da Pray Long Network veio de fora do país. A Rede ganhou

um prêmio de direitos humanos da Fundação Alexander Soros por seu trabalho para conservar a Floresta de Pray Long. Mas, dentro do Camboja, as pessoas da comunidade que integram a rede e também as comunidades das províncias de Kampong Chhnang e Pursat ainda enfrentam uma dura luta com as autoridades para defender seu modo de vida contra as ameaças de concessões e extração de madeira, incluindo suas áreas florestais.

Para obter motivação e inspiração e fortalecer os valores espirituais comuns, membros de comunidades em diferentes províncias que foram visitadas têm construído templos pequenos e simples em vários lugares, dentro e próximo de sua floresta comunitária, pedindo aos espíritos para protegê-la, e também para protegê-los em sua luta difícil. Isso mostra como as florestas são importantes, não só para o bem-estar físico – a soberania alimentar – das comunidades e como seu papel espiritual e religioso as torna mais do que fundamentais para essas comunidades.

De: Winnie Overbeek (winnie@wrm.org.uy), a partir de uma visita de campo, em outubro de 2013

Início

- Indonésia: ouro em Bukit Tiga Jurai afeta a soberania alimentar



Sumatra Copper Ltd.

A Sumatra Copper Ltd., empresa de mineração com sede em Londres, tem concessões para mineração em áreas de floresta na Indonésia e opera em conjunto com o Newcrest Group. Uma dessas concessões, de cerca de 300 mil hectares, está localizada em Sumatra, na tríplice fronteira das províncias de Bengkulu, Jambi e Sumatra do Sul. As empresas que operam no interior das áreas são associadas indonésias dessas duas empresas, e para as quais a Sumatra Copper solicita permissões dos respectivos chefes de distrito ou governadores.

Uma delas é operada pela PT Jambi Gold, uma empresa que funciona sob o guarda-chuva da Sumatra Copper Ltd., em Jambi, e tem uma concessão florestal de 7.480 hectares nos distritos de Sarolangun e Merangin. Em Bengkulu, a Sumatra Copper Ltd., sob o nome de PT Bengkulu Utara Gold, possui 99.979 hectares localizados nos distritos de Utara do Norte, Rejang Lebong, Kepahyang, Lebong, Bengkulu Central e Mukomuko. A concessão se sobrepõe à área da Floresta Protegida de Bukit Daun (50.000 hectares) e do Parque Nacional de Kerinci Seblat. Além disso, o grupo, sob o nome de PT Lebong Gold, também recebeu 57.630 hectares no distrito de Lebong.

Em Sumatra do Sul, o Sumatra Copper Group possui concessões florestais através de duas de suas subempresas: a PT Dwinad Nusa Sejahtera (9.979 hectares) e a PT Musi Rawas Gold (75.000 hectares). Ambas as concessões foram outorgadas pelo chefe do distrito de Musi Rawas.

As atividades dessas empresas são ocultadas das comunidades próximas, uma vez que estas nem sequer sabem que foram feitos contratos de concessão em relação a suas terras e florestas. Os moradores locais só têm conhecimento de determinadas empresas que operam com atividades de construção e transporte de produtos de mineração, dentro da floresta, usando helicópteros, mas nada sabem sobre qual empresa atua e qual é o destino dos produtos minerais.

Ameaças na última floresta de Sumatra

No dia a dia dos povos indígenas em Jambi, a área ao redor da tríplice fronteira de Jambi, Bengkulu e

Sumatra do Sul é conhecida como “Bukit Tiga Jurai”, que significa colina das nascentes, da qual fluem rios em três direções diferentes (jurain também pode significar linhagem). Essas áreas florestais estão localizadas nas Montanhas de Bukit Barisan. Na província de Jambi, essa fronteira cobre três distritos, Merangin, Sarolangun e Tebo, enquanto, em Bengkulu, faz fronteira com seis distritos que ainda têm áreas de floresta na parte norte da Bengkulu: Mukomuko, Bengkulu do Norte, Bengkulu Central, a parte sudeste da Kepahyang, Rejang Lebong e Lebong. Em Sumatra do Sul, as áreas florestais fazem parte dos distritos de Musi Rawas e Lingsgau.

Um grande número de membros das comunidades dessas áreas ainda é bastante integrado aos ciclos naturais e climáticos, uma vez que dependem muito de produtos florestais, e suas práticas agrícolas são adaptadas à ecologia florestal e ao ciclo hidrológico. No entanto, o sistema econômico local, baseado em funções ambientais que, na verdade, são a força das comunidades situadas dentro e ao redor das florestas, permanece invisível, como se não existisse para a economia indonésia. Sendo assim, não são identificados como parte legítima da economia do Estado, que acaba por situar as florestas como áreas improdutivas dentro do paradigma econômico desenvolvido pelo governo, que só as considera “produtivas” quando há uma concessão. Aliás, essa “improdutividade” é usada para a apropriação de terras e florestas pelas empresas.

A floresta, por exemplo, em Kerinci Seblat, além de ter forte influência sobre a vida e o futuro das comunidades situadas dentro e ao redor dessa área de floresta, também tem um valor muito importante para a vida de centenas de milhares de membros de comunidades que não são geograficamente adjacentes à área: as colinas alimentam alguns rios importantes que fluem através de uma dúzia de distritos. Sendo assim, não apenas as comunidades que vivem da floresta de Kerinci Seblat ou próximo a ela dependem dessa floresta; isso também se aplica a muitas comunidades que vivem na costa e junto às margens de rios, em uma área mais ampla.

As mudanças na paisagem da cobertura florestal e de atividades de extração que afetam a estrutura geomorfológica da região terão impacto direto nas práticas agrícolas e de subsistência dos agricultores e pescadores que dependem fortemente da disponibilidade de água. Voltando à história local da designação da área como “Bukit Tiga Jurai”, desde os velhos tempos, as comunidades locais consideravam as áreas florestais do triângulo como a origem/linhagem dos povos que vivem nas encostas da costa oeste (Bengkulu) e da costa leste (Jambi e Sumatra do Sul). Alterar e fazer extração na região de “Jurai Bukit” significa exterminar a fonte de vida e a cultura das pessoas nas três áreas.

O governo indonésio dividiu efetivamente as áreas de florestas em várias, com status diferentes, como o Parque Nacional de Kerinci Seblat, a Floresta Protegida de Bukit Daun e uma outra área, uma “floresta de produção limitada”, que serve como zona-tampão do parque nacional. Geograficamente, a tríplice fronteira florestal de Jambi- Bengkulu-Sumatra do Sul é dominada pela área do Parque Nacional de Kerinci Seblat, a última reserva de biodiversidade de Sumatra, onde rinocerontes, orangotangos, tapires, tigres de Sumatra e elefantes ainda vivem e prosperam.

Cultura, soberania alimentar e florestas

Batang Asai é um subdistrito de Sarolangun, na província de Jambi, localizado na encosta oriental das Montanhas de Bukit Barisan. É um retrato do dualismo da comunidade, que está administrativamente sob governo da aldeia, enquanto a cultura viva ainda se baseia no sistema de clãs.

Um destes é o Pengambang Batin, que se acredita ser um dos mais antigos clãs de Jambi. Há muitas gerações, seus membros sabem que o solo debaixo de suas terras e rios é rico em ouro, mas só o extraem de maneiras tradicionais.

Hoje, os membros da comunidade Pengambang Batin estão inquietos depois de ter tomado conhecimento de que suas terras foram incluídas na área de concessão da Sumatra Copper, sob o nome de PT Jambi Gold. Por muitas gerações, o povo de Pengambang tem vivido em harmonia com o ciclo natural do ecossistema da floresta ao seu redor, fazendo uso de vários produtos e produzindo seus próprios alimentos, garantindo a soberania alimentar.

Para o plantio de arroz, as pessoas estão usando o rio Kungai como fonte de irrigação para suas lavouras de arroz tradicionais, bombeando água para as plantações por meio de uma grande roda feita de madeira.

Na época pós-colheita, elas usam os campos de arroz para que seus búfalos pastem. Para o povo de Pengambang, o búfalo tem um valor importante, pois, além de a carne ser usada para alimentação, o animal também é muito útil no modo tradicional de agricultura para preparar a terra, bem como para proporcionar adubo orgânico. O búfalo também pode ser uma reserva financeira no longo prazo, para a educação dos filhos e construção de casas.

Além do cultivo de arroz em zonas úmidas, eles também praticam agricultura de padi huma (arroz de terras altas/seco) que geralmente é adaptado ao calendário sazonal local e plantado junto com várias outras culturas para afastar muitos tipos de pragas. Embora seja plantado perto da floresta, o arroz de terras altas não sofre ataque de pragas, pois, além do plantio acontecer durante um determinado período, quando alguns tipos de pragas estão em declínio, ainda estão disponíveis vários tipos de plantas e seres vivos dos quais as pragas precisam.

Vários produtos florestais não madeireiros também são usados para as necessidades diárias, tais como o kepayang . Além de usar a fruta como acompanhamento, também se processam as sementes para fazer óleo de cozinha e combustível. Além do kepayang , existem muitos outros produtos florestais usados pelo povo Pengambang para produzir alimentos, medicamentos e outras necessidades cotidianas. Em geral, os recursos naturais são usados, controlados e conservados em um sistema comunal, por exemplo, através da aplicação do Lubuk Larangan (direito consuetudinário) para proteger a diversidade de peixes no rio, onde as pessoas não estão autorizadas a pescar em determinadas áreas protegidas por essas regras durante um determinado período.

Conflito e destruição ambiental

A emissão das concessões de mineração de ouro na região sem o conhecimento prévio das comunidades locais vai criar conflitos entre empresas e membros dessas comunidades em vários distritos das três províncias:

- Conflito em relação a áreas florestais usadas e geridas por comunidades

As florestas que foram transformadas em áreas de concessão ao Sumatra Copper Group em quase todos os distritos são limítrofes a comunidades nativas e administrativamente se sobrepõem a elas. Isso criará conflitos com os membros da comunidade em nível de aldeia, subdistrito, distrito e clã, e, por fazerem o controle e a gestão administrativa e cultural das áreas, as comunidades serão ameaçadas e perderão suas fontes de subsistência quando as empresas começarem a operar.

Também será ameaçada a existência da comunidade Suku Anak Dalam, em Jambi, cuja área territorial está localizada nas montanhas Masurai e Seblat. O povo Suku Anak Dalam será muito prejudicado pela operação da empresa, pois suas áreas de cultura nômade vão desaparecer e, ao mesmo tempo, isso significará a extinção de vários recursos naturais, que são as principais fontes de sua subsistência.

- O conflito da mineração tradicional com a mineração empresarial

Tradicionalmente, as pessoas no distrito de Lebong praticam mineração de ouro há gerações, enquanto, no distrito de Sarolangun, pequenas minas de ouro vem sendo recentemente operadas no leito do rio por migrantes usando o método de separação mecânica.

A presença das empresas vai transformar essas duas práticas de mineração em atividades ilegais sob o sistema jurídico indonésio, na medida em que estão operando dentro de áreas de concessão da empresa que foram dadas pelo governo. A proibição e a expulsão dos mineiros tradicionais e de pequena escala vai provocar rejeição e protestos por parte de membros da comunidade.

- Conflitos relacionados à destruição ambiental

O descarte de resíduos em rios que atravessam diversos distritos nas três províncias irá piorar a qualidade da água fluvial consumida pelas comunidades ao longo do rio, prejudicar sistemas de irrigação para campos de arroz e criação de gado, além de causar um impacto negativo sobre a saúde humana.

Como na Baía de Buyat, em Mandailing Natal e em Papua, as drásticas mudanças físicas e químicas na qualidade da água do rio vão afetar diretamente as pessoas que a consomem e, no futuro, gerar tumulto e protestos coletivos.

A rejeição da algumas aldeias do subdistrito de Marga Batin Pengambang, em Batang Asai, no distrito de Sarolangun, província de Jambi, é apenas a ponta do iceberg das comunidades que testemunharam diretamente as atividades da empresa. Além disso, uma breve olhada em suas vidas antes da presença das minas também fornece um retrato da sabedoria local, garantindo a soberania alimentar dos povos que vivem em áreas no interior e adjacentes à floresta em outras províncias de Sumatra. Fazer a mineração de ouro em Bukit Tiga Jurai significaria instigar o conflito e os problemas, inclusive para o governo e a própria empresa.

Esta é uma situação na qual o governo, por um lado, está facilitando a mineração em grande escala, que tomara esta área de floresta “produtiva”, enquanto, por outro, destroi sistemas de vida altamente produtivos e que proporcionam fontes de alimentos às comunidades, como florestas e rios, afetando fortemente a soberania alimentar e o futuro global dessas comunidades.

Por Zenzi Suhadi, WALHI/Amigos da Terra Indonésia

Início

- Nigéria: um exemplo singular de manejo comunitário de florestas na comunidade Ekuri



Introdução/Antecedentes

A Nigéria, na África Ocidental, é o país de maior população do continente africano, estimada em 170 milhões de pessoas. Seu ecossistema, do sul ao norte, consiste em manguezal, floresta tropical, cerrado e zona semi-árida. Durante a época pré-colonial e depois da independência, em 1960, a floresta tropical do país ficou relativamente intacta. No entanto, o desmatamento, a degradação, a fragmentação e mudanças nos padrões de uso da terra para agricultura, exploração ilegal de madeira, sobrecaça, coleta não sustentável de produtos florestais não madeireiros, incêndios descontrolados, coleta não sustentável de lenha e urbanização consumiram muito dessa floresta. Segundo Rainforests.Mongabay.Com, “o desmatamento é um problema sério no país, que atualmente tem uma das maiores taxas de perda de florestas do mundo (3,3%). Desde 1990, a Nigéria perdeu cerca de 6,1 milhões de hectares, ou 35,7% de sua cobertura florestal. Pior ainda, seus mais biodiversos ecossistemas – as florestas primitivas – estão desaparecendo a um ritmo ainda mais rápido. Entre 1990 e 2005, o país perdeu impressionantes 79% e, desde 2000, vem perdendo uma média de 11% de suas florestas primárias por ano – o dobro da taxa de 1990. Esses números dão à Nigéria a duvidosa distinção de ter a maior taxa de desmatamento de florestas naturais do planeta”. O estado de Cross River, um governo subnacional na Nigéria, situado na fronteira com a República dos Camarões, tem atualmente 50% das florestais remanescentes do país e é um dos principais pontos de biodiversidade do mundo.

Sistema de governança florestal

As florestas no estado de Cross River, da forma deixada pela administração colonial britânica, dividem-se em reservas florestais (controladas pelo governo), florestas comunitárias (manejadas por comunidades), florestas privadas (ONGs) e o Parque Nacional de Cross River (governo federal). Segundo a estratégia da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO, em inglês) para 2010-2014, “as florestas são sistemas biologicamente diversos, que oferecem uma variedade de habitats a plantas, animais e micro-organismos. A biodiversidade florestal está interligada a fatores socioeconômicos, fornecendo bens e serviços que vão desde a madeira, passando por produtos florestais não madeireiros, até a mitigação das mudanças climáticas e recursos genéticos” e são fundamentais para o sustento diário das comunidades, incluindo a de Ekuri e a comunidade global como um todo.

A comunidade Ekuri: quem são?

Uma das comunidades do estado nigeriano de Cross River que fez uma incursão substantiva e bem-sucedida no manejo comunitário de florestas é a de Ekuri, a qual consiste nas aldeias de Old Ekuri e New Ekuri, a sete quilômetros de distância uma da outra, com uma população de 6.000 habitantes. Ela pertence à tribo Nkokoli, que só ocupa cinco aldeias em toda a Nigéria e fala lokoli, uma língua única que não é falada em nenhum outro lugar. Devido ao legado colonial, a comunidade Ekuri tem 33.600 hectares de floresta primária em sua terra – a maior e relativamente mais intacta floresta controlada comunitariamente na Nigéria e, talvez, na África Ocidental.

Origem do envolvimento da comunidade Ekuri em manejo florestal comunitário formal

Em 1981, sem influência externa, a comunidade Ekuri concebeu a idéia de uma iniciativa formal de manejo florestal comunitário, primeiramente para sustentar a herança dos antepassados, seus meios de subsistência, promover o desenvolvimento da comunidade, reduzir a pobreza e evitar lições negativas aprendidas com comunidades que perderam suas florestas. Essa idéia continuou a ser desenvolvida ao longo dos anos por meio de uma participação ativa de chefes, anciãos, mulheres, homens, jovens e crianças, para salvaguardar os recursos comuns dos quais a comunidade depende para sua sobrevivência diária. Mais ainda, a Ekuri, como minoria diminuta na Nigéria, percebeu que seu

desenvolvimento sustentável depende de sua floresta e que há poucas chances de o governo estadual ou o federal iniciarem ou promoverem esquemas de desenvolvimento que a beneficiem.

Problemas em Ekuri que desencadearam o manejo florestal comunitário

No início desta idéia, os moradores de Ekuri caminhavam quatro horas pela floresta ondulante até a mais próxima estrada trafegável por veículos automotores, para vender produtos florestais leves, mas de alto preço, e comprar bens essenciais, que eles também carregavam na cabeça de volta para casa. Não havia outras instalações comunitárias; doenças, analfabetismo, pobreza e mortalidade eram abundantes, motivando e intensificando esforços e compromissos unificados por parte de todos na comunidade, com vistas a superar o problema. Em 1992, a comunidade estabeleceu a Iniciativa Ekuri, na forma de uma ONG de base comunitária, com uma orientação para conservação, manejo florestal sustentável, desenvolvimento comunitário e redução da pobreza.

Realizações

Desde a sua criação, a Iniciativa Ekuri registrou conquistas inspiradoras:

1. Embora a Iniciativa tenha um conselho que formula políticas para a organização, as propostas são apresentadas antes da reunião da Assembleia Geral da comunidade Ekuri para receber contribuições diferentes, que são integradas às novas políticas, garantindo a apropriação das decisões pela comunidade e a sustentabilidade de políticas, programas e atividades comunitárias.
2. A colheita de madeira das duas parcelas de inventário de 50 hectares e a coleta sustentável de produtos florestais não madeireiros – gneto, manga africana, cordas de cana, sementes de achi, etc – gerou rendimentos usados para a construção de uma estrada de terra com 40 km com pontes, aquedutos para ambas as aldeias Ekuri, financiou parcialmente um centro de saúde, construiu uma escola e instalações da administração da comunidade, financiou bolsas de estudo e desenvolvimento de competências de jovens para aliviar as pressões da floresta. A Iniciativa também proporcionou capacitação técnica em agricultura sustentável para agricultores de Ekuri, melhorou variedades agrícolas, subsidiou a habitação, pagou despesas de saúde para os vulneráveis, proporcionou a manutenção de divisas para impedir invasões, etc.
3. Com apoio de doadores parceiros, a Iniciativa implementou um levantamento do perímetro da comunidade florestal de Ekuri (33.600 ha), um plano de uso da terra defendido com zelo pelos moradores, um detalhado plano quinquenal para o uso da terra, um plano para agricultura e produtos florestais não madeireiros; lutas jurídicas exitosas relacionadas à concessão de exploração ilegal e fraudulenta de madeira na floresta comunitária de Ekuri e várias atividades de capacitação, etc.
4. A história de sucesso da Iniciativa Ekuri inspirou a Comissão Florestal do Estado de Cross River a reformular sua estratégia para o setor, fazendo do manejo florestal comunitário o princípio de toda essa estratégia. Além disso, a Iniciativa Florestal Comunitária de Ekuri recebeu o estatuto de “projeto de manejo florestal comunitário de ponta na Nigéria”. O Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID, em inglês) apoiou a Comissão Florestal para que esta reproduzisse o modelo de Ekuri em 33 comunidades florestais, bem como a Living Earth, uma ONG britânica, em cinco comunidades em todo o estado.
5. A Nigerian Conservation Foundation reproduziu o modelo de Ekuri no estado de Taraba, no nordeste do país. Várias comunidades já visitaram Ekuri para aprender com suas experiências inovadoras, incluindo algumas da Nigéria, de Camarões, de Uganda, de Moçambique e da África do Sul.

6. A Iniciativa Ekuri desenvolveu mecanismos de geração de renda que vão desde tarifas de registro de compradores de todos os produtos agrícolas e florestais até impostos sobre vendas e taxas de deposições que entram na tesouraria da comunidade diariamente, para uso pela comunidade. A comunidade de Ekuri desenvolveu um sistema no qual todas as árvores na floresta e nas fazendas (exceto aquelas plantadas por indivíduos) são de propriedade coletiva. Essa estratégia reduziu drasticamente a degradação de grandes extensões de floresta por parte dos ricos, para a agricultura ou para adquirir árvores a serem vendidas a madeireiros, como acontece em outras comunidades, para desvantagem dos pobres. O sistema tradicional de propriedade da terra por indivíduos em Ekuri se dá por meio de desmatamento para a agricultura, mas, com a nova experiência, a terra situada na zona agrícola do plano de uso é distribuída equitativamente entre os membros da comunidade, respeitando o gênero para garantir justiça, equidade e compromissos intransigentes de todos com os ideais que a comunidade tem de proteger seus recursos comuns. A Iniciativa também tem a responsabilidade exclusiva de extração de madeira para as vendas comerciais, com vistas a atender às necessidades da comunidade Ekuri contra a exploração madeireira individual praticada em outras comunidades.

7. A Iniciativa recebeu o “Prêmio Equador” do PNUD em 2004, em reconhecimento a seus êxitos na redução da pobreza através da conservação e do uso sustentável da biodiversidade.

8. A maior realização da iniciativa florestal comunitária Ekuri é a capacidade permanente de proteger seus recursos comuns, seu interesse reduzido na extração de madeira, apesar de várias tentativas comuns por parte de ricos poderosos e colaboradores do poder. Isso contribuiu muito para que a floresta comunitária de Ekuri permanecesse relativamente intacta e para sustentar o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural de seu povo. Além disso, beneficiou as comunidades vizinhas, que também dependiam dessa floresta para o sustento cotidiano, bem como da água para as comunidades a jusante. A floresta comunitária de Ekuri é um armazém de carbono, contribuindo para mitigar a mudança climática e beneficiar o mundo inteiro. O papel proativo da comunidade na preservação de seu patrimônio natural tem a capacidade genuína de atender às necessidades das gerações presentes e futuras e merece ser imitado por outras comunidades para salvar a Mãe Terra do esgotamento total de recursos e suas consequências negativas para o ser humano.

Chief Edwin Ogar (Program Coordinator), Wise Administration of Terrestrial Environment and Resources (WATER), 6 Abasilta Street, Off MCC Road, Calabar, Estado de Cross River, Nigéria. Fone: 234 803 546 1507. Email: newedeve@yahoo.com

[Início](#)

RECOMENDADOS

- Vídeo “Território em disputa: a economia verde versus a economia das comunidades”

Este vídeo, produzido pelo WRM em 2012, mostra a luta - citada neste boletim no artigo do Brasil - das comunidades dos municípios de Antonina e Guaraqueçaba, estado do Paraná, contra um projeto tipo REDD. O vídeo não só mostra os impactos do projeto REDD, mas também a luta da comunidade do Rio Pequeno para recuperar seu território, produzindo alimentos em coletivo e implementando sistemas agroflorestais.

Veja: <http://www.youtube.com/watch?v=azmJJXizan0>

[Início](#)

- Povos indígenas no Brasil inteiro na luta pelos direitos, inclusive para garantir sua soberania alimentar

Na primeira semana de outubro, povos indígenas no país inteiro, inclusive na capital Brasília, realizaram protestos contra a tentativa de setores do Congresso Nacional, em especial o grupo de deputados ligados a interesses de empresas de mineração e do agronegócio, para mudar a Constituição brasileira em relação aos direitos indígenas, com objetivo de dificultar e reduzir seus direitos aos territórios tradicionalmente ocupados, com graves consequências para a capacidade destes povos para garantir sua sobrevivência física e cultural, inclusive para garantir sua soberania alimentar. Veja <http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/>

Muitos povos estão em luta. Veja por exemplo a campanha pela demarcação do território dos Tupinambá, povo indígena do Sul da Bahia, que espera há 9 anos a conclusão do procedimento de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. A tradicionalidade da terra Tupinambá está comprovada e a Constituição brasileira garante os direitos originários dos povos indígenas a seus territórios, mas o Estado brasileiro vem sistematicamente descumprindo os prazos legais para a finalização do processo, acirrando o conflito na região e ameaçando a soberania alimentar deste povo. Uma campanha internacional busca exigir do Estado que conclua, com urgência, a demarcação, garantindo, assim, o fim da violência e os direitos de índios e não-índios. Se estiver de acordo, [clique em https://secure.avaaz.org/pt/petition/Terra_Indigena_Tupinamba_de_Olivenca_demarcacao_ja/?copy](https://secure.avaaz.org/pt/petition/Terra_Indigena_Tupinamba_de_Olivenca_demarcacao_ja/?copy) em favor da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e ajude a difundir!

[Início](#)

- WRM e outras entidades enviam carta ao governo brasileiro sobre situação gravíssima dos povos indígenas no estado do Acre

Depois de uma visita a campo a uma aldeia indígena no estado do Acre, junto com as organizações Amigos da Terra Brasil e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, o WRM e as demais entidades citadas enviaram uma carta ao governo brasileiro, pedindo que demarque com urgência as 21 terras indígenas no Acre que ainda esperam para serem demarcadas. Relatamos a visita à comunidade indígena Jaminawa de São Paulino, próxima de Sena Madureira. As 24 famílias desta terra indígena, vivem hoje em apenas 5 hectares sob a constante ameaça de fazendeiros; são intimidadas e ameaçadas – verbalmente ou mesmo a tiros - pelos invasores, quando buscam praticar suas atividades tradicionais como a agricultura, caça e pesca dentro do seu próprio território, ameaçando gravemente sua soberania alimentar. Para ler a carta na íntegra, veja <http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/mocao-publica-de-apoio-a-demarcacao-das-terras-indigenas-no-acre/>

[Início](#)

- Encontra mais informações sobre o tema soberania alimentar

Há publicações, declarações e outras informações sobre o tema da soberania alimentar disponíveis de organizações como Amigos da Terra Internacional veja: <http://www.foei.org/en/resources/publications/food-sovereignty>), Food First (see <http://www.foodfirst.org/en/Agroecology,+Food+Sovereignty+and+the+New+Green+Revolution>), La Via

Campesina (<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/food-sovereignty-and-trade-mainmenu-38>), e Marcha Mundial das Mulheres (<http://www.nyeleni.org/spip.php?article189>)

Início